

# Aquém do atendimento educacional especializado: a perspectiva dos professores

*Christian Muleka Mwewa* (UNISUL)  
christian.mwewa@pq.cnpq.br

*Nayara Granciele Schmitt* (UNISUL)  
nayara\_schmitt@yahoo.com.br

## RESUMO

A partir da observação participante e aplicação de um questionário, vivenciado junto a pais/responsáveis, professores da APAE e professores das escolas estaduais, o artigo aborda as implicações da inclusão das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla no ensino regular do município de Araranguá-SC, na perspectiva dos professores de ambas as modalidades. O objetivo é ampliar o entendimento sobre a educação especial realizada em espaços especiais e no ensino regular no município de Araranguá-SC. Argumenta-se que ainda estamos aquém da materialização das leis já existentes para serem vivenciadas pelos utentes. Destaca-se, então, neste contexto, o papel de um agente mediador para a efetivação dos direitos e melhores condições de vida da população à espera do atendimento.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação Inclusiva. Perspectivas dos professores.

## ABSTRACT

This work is of the systematization of the professors actions of APAE and of state schools of regular teaching in the county. It is an exploratory study and the theme refers itself to the implications of inclusion of intellectual or multiple disabilities people in the regular teaching of Araranguá County. It has the aim to provide a better understanding about Special Education performed in special places and in the regular teaching. Inclusive Education is bit by bit being part of the Pedagogical Project of all schools and the quality of them emerges intense discussions about positive and negative aspects which come afford to students with disability diagnoses. The law could support many educational necessities; however, in some measurement is necessary

indeed materializing existent laws to be experienced by users. Then, it is highlighted, in this context, the performance of the social worker that struggles for the realization of rights and better conditions of life for the population attended by this professional.

**Keywords:** Public politics. Inclusive Education. Professors.

Este artigo dedica-se a tratar a perspectiva dos professores quanto ao atendimento educacional especializado ao deficiente mental (SAEDE/DM) no ensino regular e da inclusão social que essa prática obteve no município de Araranguá-SC. Buscou-se, por meio de entrevistas e observações, compreender e analisar esse processo na sociedade em estágio de adaptação em relação à inclusão no ensino regular dos alunos com deficiência intelectual ou múltipla.

Apontamos assim as políticas de educação inclusiva e sua operacionalização nas escolas estaduais para trabalharmos as questões do agente mediador diante da problemática da inclusão das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla no ensino regular, reconhecendo os alunos como sujeitos de direitos. Finalmente nos dedicamos aos processos de inclusão no ensino regular frente às perspectivas dos professores em torno do processo e possibilidades de trabalho junto à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), de Araranguá-SC.

O presente estudo foi realizado com os alunos com deficiência intelectual ou múltipla que estavam matriculados, no segundo semestre de 2011 e no primeiro semestre de 2012, e com os seus pais/responsáveis e professores das classes do Programa de Serviço de Atendimento Educacional Especializado ao Deficiente Mental (SAEDE-DM) na Escola Especial João Krães Campos - APAE de Araranguá-SC, assim como no ensino regular das escolas estaduais do município.

Participaram deste estudo 18 alunos, 18 pais, 03 professoras da APAE e 18 professores do ensino regular. A acadêmica aplicou os questionários de duas diferentes maneiras: aos alunos e pais em forma de diálogo e descrição dos relatos, e aos professores entregou os questionários, que foram devolvidos em outra visita da acadêmica na escola; também conversou com os professores e analisou a forma como esses se direcionavam aos alunos.

Este percurso permitiu concluir que a maioria das escolas de ensino regular ainda não está realmente preparada para receber as diferenças,

independente de diagnósticos. A escola é um lugar limitado no acolhimento das diferenças. Por isso é fundamental a participação e formação de professores capazes de atuar nas e com as diferenças em estrutura física apropriada e conscientização de toda comunidade escolar em relação ao respeito às diferenças.

### **Política de educação inclusiva para pessoas com diagnóstico de deficiência no Brasil**

No Brasil, as políticas sociais voltadas para as pessoas com diagnóstico de deficiência estão asseguradas na Constituição Federal de 1988, e regulamentadas pelo Decreto n° 914, de 6 de setembro de 1993; porém, é notória a sua não implantação plena.

A Assistência Social é, sem dúvida, um importante meio para a implementação das políticas sociais para as pessoas com diagnóstico de deficiência, uma vez que nossa realidade perversa e excludente coloca um imenso contingente populacional na faixa da pobreza absoluta, para quem a Assistência Social, construtiva e transformadora, tem um amplo campo de trabalho. O equívoco é limitar todo um conjunto de políticas voltadas para a questão das pessoas com diagnóstico de deficiência que, no seu conjunto, tem um poder questionador da sociedade e seus valores culturais e simbólicos: “[...] A situação da assistência à pessoa com deficiência no Brasil ainda apresenta um perfil de fragilidade, desarticulação e descontinuidade de ações nas esferas pública e privada” (BRASIL, 2002).

Se, como objetivo máximo, as pessoas com diagnóstico de deficiência almejam igualdade de oportunidades, plena participação, vida independente e autossuficiência econômica, visando a tornarem-se cidadãos produtivos e inseridos na vida social, cabe ao Estado, em todos os seus níveis, como impulsionador e regulador das relações sociais, promover essa transição.

A Educação Especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Os que estão excluídos do direito à educação não estão excluídos somente por permanecerem fora da escola, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito.

Nossa filha está recebendo ensino de péssima qualidade na escola de ensino regular, ela só fica recortando, colando, pintando, mas tem capacidade para ir muito além. A professora não é dedicada (SCHMITT, DEPOIMENTOS, 2011).

O direito à educação é negado quando não lhes é oferecida alternativa, a não ser permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade, que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar (GENTILI, 2009).

### **Processos de inclusão no ensino regular: perspectivas dos(as) professores(as)**

Este item e seus respectivos subitens trarão relatos e análise das perspectivas dos(as) professores(as), tanto do ensino regular quanto da APAE do município de Araranguá-SC, referentes aos processos de inclusão no ensino regular. Portanto, nosso recorte traz à tona a visão destes sujeitos e agentes em relação ao ensino regular.

As escolas onde a pesquisa foi realizada podem ser caracterizadas da seguinte maneira: existem muitos alunos em uma única turma para a professora ensinar; a conversa em sala de aula muitas vezes é perturbadora, tirando a concentração de todos, dificultando ainda mais a aprendizagem dos alunos que necessitam de maior atenção para assimilar as orientações.

Ao realizar as observações nas escolas de ensino regular, é possível perceber certas situações que dificultam ainda mais a educação dos alunos com deficiência intelectual ou múltipla, fazendo com que a inclusão não beneficie o aprendizado, como nos casos observados a seguir:

Enquanto a turma realizava um ditado, a aluna com deficiência intelectual não recebeu nenhuma atividade para desenvolver, essa relatou que, antes do recreio,

ficou apenas pintando, não recebeu nenhuma atenção sequer da professora titular.

A turma demonstrou ser bastante agitada e sem limites, e a professora, estressada, pois seus esforços pareciam ser em vão, precisou passar a maior parte da aula chamando a atenção dos alunos, sem conseguir passar a matéria (SCHMITT, 2011, OBSERVAÇÕES).

## **Professores do ensino regular que atendem os alunos da APAE do município de Araranguá-SC**

Em relação à percepção do processo educativo e social dos seus alunos, os professores afirmam que o aluno com diagnóstico de deficiência é uma pessoa viva, dinâmica e o seu desenvolvimento ocorre de forma diferente. Ele necessita, segundo eles, de estímulos e contato com outras pessoas a fim de que tenha oportunidade para desenvolver suas potencialidades, sua participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, e a aquisição e construção de conhecimentos historicamente elaborados, os quais tem a escola como *lócus* privilegiado para a sua disseminação.

Esta integração, segundo algumas professoras, é muito importante, pois reconhece que todos os alunos devem ser tratados igualmente em seus direitos e deveres, isto é, respeitando suas limitações e seu desenvolvimento pessoal, pois mesmo com dificuldades o aluno tem condições de aprendizagem, trazendo benefícios para sua autonomia.

Há necessidade de se pensarem os meios adequados de se trabalhar com os alunos, e esta reflexão pode ser observada na resposta de uma professora ao questionário:

Percebo que são alunos que não se enquadram nas “fôrmãs” do sistema, mas aprendem o que lhes é ensinado de acordo com suas capacidades (SCHMITT, 2011, ENTREVISTA).

Os professores destacam que a educação ainda precisa ser melhorada, revista, pois deixa a desejar, mas o reconhecimento de que as pessoas com diagnóstico de deficiência são cidadãos capazes de fazer e construir

sua história foi um avanço ao processo educativo e social. Uma professora ressalta que

A Educação Especial, hoje, em busca da superação de sua condição de apêndice, participa no processo de discussão e redimensionamento da presente proposta curricular. Isto demarca um momento histórico importante na caminhada para efetivamente possibilitar um sistema educacional mais abrangente e menos excludente (SCHMITT, 2011, ENTREVISTA).

Em relação aos cuidados especiais aos alunos, pode-se perceber que todas as professoras reconhecem que, para que a escola receba um aluno com deficiência intelectual ou múltipla, ela precisa ter um espaço apropriado, com profissionais capacitados, com materiais didáticos apropriados, tudo para que os alunos tenham bom rendimento e educação de qualidade, respeitando as dificuldades de cada um, que seja harmonioso e instrutivo.

Quanto aos aspectos positivos que o processo da inclusão acarreta, conforme respostas obtidas dos questionários respondidos, percebemos que o ensino regular contribui muito aos alunos com deficiência intelectual ou múltipla no processo de socialização; possibilita aos alunos serem acolhidos e instigados a realizar trabalhos educativos que demonstrem suas habilidades; colabora para que os alunos aprendam a viver e conviver em sociedade; contribui para o desenvolvimento da fala, coordenação motora e relação dos alunos com os outros.

Em relação às maiores possibilidades e/ou dificuldades no processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual ou múltipla, as respostas dos professores giraram em torno de dois eixos, quais sejam, a inclusão é um processo que ainda exige muita reflexão e representa uma grande mudança não só na estrutura de ensino, mas em toda a sociedade, pois a inclusão é um movimento que vai além dos muros da escola, o que significa mudar posturas de todos os cidadãos para combater o preconceito. Em relação a isso, uma professora destacou a importância da referente inclusão:

[...] A impossibilidade de acesso e apropriação deste conhecimento restringe a ação e identificação do sujeito no seu grupo social. As pessoas com deficiência

intelectual ou múltipla, por terem imprimido o estigma da incapacidade, tem vivido, no decorrer da história, a negação do acesso a este conhecimento. [...] A escola pode contribuir significativamente para esta ruptura, se definir como proposta uma alfabetização que gere espaço para o dizer, o ouvir, o negociar, o discordar, o ajudar. Para a pessoa com deficiência intelectual ou múltipla, apropriar-se da linguagem escrita, por exemplo, pode significar um importante salto no desenvolvimento, resultando em mais um instrumento de interação social (SCHMITT, 2011, ENTREVISTA).

Portanto, quanto aos obstáculos a serem enfrentados em relação ao processo de inclusão, conforme respostas aferidas aos questionamentos, os professores do ensino regular, que atendem aos alunos da APAE do município de Araranguá-SC, registraram algumas dificuldades, dentre elas:

- (1) uma grande dificuldade enfrentada é a falta de colaboração da sociedade, pois a inclusão destes alunos em Escola Regular ainda é vista como um tabu, algumas pessoas ainda acreditam que nossos alunos não têm possibilidade de desenvolver a aprendizagem;
- (2) as maiores dificuldades são a capacitação profissional e a falta dos recursos materiais. O primeiro necessita do apoio do segundo, pois, como realizar determinada atividade sem o apoio dos materiais adequados ao aluno com deficiência intelectual ou múltipla? Não basta capacitar o professor se esse, ao deparar-se com o aluno, não encontra material adequado ou adaptado ao mesmo;
- (3) falta da colaboração dos próprios alunos, pois muitos têm medo dos colegas com deficiência intelectual ou múltipla. As escolas deveriam trabalhar mais a socialização entre os alunos, todos eles;
- (4) muitas vezes, a falta de um ambiente adequado;
- (5) a falta de um segundo professor: um profissional capacitado possibilitaria o melhor desenvolvimento cognitivo do aluno, e professores titulares sentem dificuldades em lidar com alunos com deficiência intelectual ou múltipla; por isso, a importância do segundo professor.

Se, como nos ensina Heller (1970, p. 43), “o preconceito é categoria do pensamento e comportamento cotidiano”, ele se confirma no cotidiano escolar, não apenas por parte dos alunos, como de alguns professores.

Uma das maiores dificuldades é a falta de valores nas famílias e, também, problemas que nós, pedagogos, não temos formação para resolver, como: psicólogo, neurologista, oftalmologista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, é o grande entrave nas nossas escolas públicas, ainda impedindo que nossos alunos possam aprender com o direito que eles merecem (SCHMITT, 2011, ENTREVISTA).

A realidade é que a escola não está preparada, precisa da participação de todos da comunidade escolar para que realmente haja a inclusão, pois é o sistema educacional como um todo que assume a responsabilidade da educação. Não queremos simplificar o debate, afirmando que a inclusão não possui avanços apenas pela falta de compromisso: existem outros elementos que ofuscam esse processo como, por exemplo, políticas públicas que não são efetivadas, desconhecimento dos direitos, inclusive do acesso à escola, além da aceitação pacífica do pouco que é oferecido. Estamos diante de uma situação muito complexa, de abrangência educacional, mas também cultural, social e política.

Para Mazzotta e D'Antino (2011, p. 382), tem sido constatada, por parte dos professores que atuam em classes comuns do Ensino Fundamental, a disponibilidade para o acolhimento de alunos com deficiência intelectual ou múltipla. No entanto, situações como a quantidade de alunos por professor, ausência de recursos materiais e pedagógicos, precariedade de orientação e suporte das instâncias administrativas das redes de escolas públicas reforçam, em numerosos casos, dificuldades para a concretização da inclusão escolar de tais educandos e contribuem para o entendimento equivocado de que caberia exclusivamente aos professores especializados a educação de alunos com deficiência intelectual ou múltipla. Além disso, não podem ser ignoradas as condições de acessibilidade dos edifícios escolares como fatores facilitadores ou dificultadores da inclusão escolar.

É indispensável fazer um trabalho adequado à necessidade educacional de cada aluno, que precisa de apoio e reforço constante para obter o resultado de aprendizagem esperado.

Nossas dificuldades são só, muitas vezes, por falta de ter um bom relacionamento e conhecimento das dificuldades do aluno atendido. (...) A maior dificuldade é a falta de qualificação e assistência aos profissionais



que estão todos os dias com esses alunos em sala de aula (SCHMITT, 2011, ENTREVISTA).

## Professoras da APAE do município de Araranguá-SC

As professoras da APAE, quando perguntadas sobre a percepção que elas têm em relação ao processo educativo e social dos seus educandos na rede regular de ensino, pontuaram suas percepções em torno da seguinte questão: a convivência com *outros*, pares mais experientes e, no caso, sem deficiência, é de suma importância para que os alunos com deficiência intelectual ou múltipla ampliem seus repertórios e também desenvolvam as capacidades cognitivas.

No que se refere à socialização, é visível que os educandos estabelecem laços afetivos com outros sujeitos, o que é muito positivo, visto que, normalmente, viviam em ambientes mais segregados, o que acarretava ainda mais dificuldades no processo de desenvolvimento. A partir da inclusão, eles passam a exercer seus direitos de cidadãos, como qualquer outro ser humano. Este processo fez com que a acadêmica registrasse os seguintes depoimentos das professoras do ensino regular:

A aluna evolui muito em relação à socialização, agora está mais sorridente, conversa com mais facilidade, é menos fechada, nervosa e agressiva; (...) está mais comportada, já não incomoda mais a turma; (...) sua parte sentimental está mais sensível, já foi bastante agressiva, mas agora já aceita carinho e também retribui (SCHMITT, DEPOIMENTOS, 2011).

Sem dúvida, a inclusão contribui significativamente, embora o processo ainda esteja em amadurecimento. Talvez o aluno com deficiência intelectual ou múltipla não acompanhe seus colegas ditos *normais* em todos os aspectos; mas, se conseguir apropriar-se dos conceitos básicos para viver em sociedade com autonomia, já se traduz em avanço importante. Há muito a avançar em termos de capacitação de pessoal, materiais adequados e ambientes acessíveis. Entretanto, se comparamos uma pessoa que não teve a oportunidade de conviver com outros sujeitos, a diferença é visível.

A maioria das professoras aponta para as dificuldades de ordem comportamental, que prejudicam o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem como concebidos para o ensino regular. Por outro lado, o que dificulta a aprendizagem diz respeito ao pouco comprometimento do poder público no que tange à formação de professores, uma vez que o que é fornecido pelas agências formadoras não dá conta da complexidade da questão. Falta mudança de concepção de aprendizagem por parte de alguns profissionais, sobretudo acreditar no potencial do aluno e que a construção da sociedade, inclusive, depende de cada um de nós. Coloca-se a necessidade de incentivos e investimentos à pesquisa para construção de novos conhecimentos, como também à valorização de práticas que deem conta de atender às necessidades e dificuldades dos alunos.

### Considerações finais

A conquista à escolarização é um caminho que está sendo trilhado, mas que ainda precisa de muitos reforços e dedicação de todos os envolvidos. As ações afirmativas em favor das possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla no ensino regular são de extrema importância, pois, sem escolarização, a vulnerabilidade dessas pessoas se torna ainda mais premente.

É preciso garantir a universalização do acesso e da qualidade dos contextos socioeducativos, respeitando os educandos em sua individualidade para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino.

As etapas de aprendizado das pessoas não devem ser afetadas por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. Todos devem ter acesso à educação e sua formação deve ser adaptada às suas necessidades específicas. A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo.

A integração não pode significar a inserção parcial e condicional, isto é, os educandos *se prepararem* em escolas ou classes especiais para poderem frequentar escolas regulares; já a inclusão é a inserção total e incondicional, ou seja, os educandos com deficiência intelectual ou múltipla não precisam *se preparar* para ir à Escola Regular.

Capacitar toda a comunidade escolar, incluindo alunos, pais ou responsáveis, professores, equipe interdisciplinar, como também os cidadãos

do entorno, pode fazer com que todos tenham consciência da importância da educação para todos. Este procedimento pode gerar mudanças no relacionamento pessoal e social do ponto de vista da maneira de se efetivar o ensino e a aprendizagem num processo de incentivo permanente à luta a favor da valorização e implementação contínua das políticas públicas.

Em compensação, essa inclusão quase que malograda pode trazer benefícios para educandos, educadores e familiares, pois é no processo de aprendizagem que podemos valorizar e respeitar as diferentes capacidades individuais. A partir deste procedimento pode-se vislumbrar uma sociedade, em alguma medida, menos excludente.

## Referências

APAE. Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. **Serviço social**. Juazeiro do Norte, SC. Disponível em: <<http://juazeirodonorte.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=13563>>. Acesso em: 16 out. 2012.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Perspectivas para a educação especial nos contextos brasileiros e europeus. In: **Políticas públicas e formação de professores**. Porto Alegre: UNIJUÍ, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB nº 9394, 23 de dezembro de 1.996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1.996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 set. 2012.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **SciELO Brasil**, Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n.109, set./dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400007)>. Acesso em: 22 set. 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. 2007. **Inclusão escolar ou educação especial?** Disponível em: <<http://novossaberes.blogspot.com.br/2007/03/incluso-escolar-ou-educacao-especial.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Fama. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Scielo Brasil**, Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, abr./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 out. 2012.

SCHMITT, DEPOIMENTOS, 2011.

SCHMITT, OBSERVAÇÕES, 2011.

Recebido em: 03/10/2012

Aprovado em: 21/12/2012